

**IDENTIDADE, DIVERSIDADE E PERTENCIMENTO COMO  
RECURSOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: POLÍTICAS CULTURAIS NA  
AGENDA LATINO-AMERICANA E EUROPEIA**

Daniele Canedo<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa documental que buscou delimitar a dimensão cultural das políticas regionais desde a criação dos blocos União Europeia e Mercosul até 2012. O recorte recai sobre o discurso presente no marco legal que regula o papel da cultura no processo de integração regional e, por conseguinte, o papel dos blocos na elaboração e execução de políticas culturais supranacionais na Europa e na América do Sul.

**Palavras-chave:** cultura, integração regional, políticas culturais, União Europeia, Mercosul.

No livro *Comunidades Imaginadas - reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, Benedict Anderson (1993) estuda o processo de formação do sentimento nacionalista. Segundo o autor, esse sentimento é o resultado de esforços políticos, culturais e sociais para a construção de um vínculo imaginário que agrega a população. Portanto, a nação seria um construto social, uma "comunidade imaginada" porque os membros de uma nação não se conhecem, mas internalizam e assumem a ideia de que fazem parte de um todo coeso. (ANDERSON, 1993, p. 23).

Andrew Hurrell (1995) comparou o processo de formação do nacional aos objetivos dos projetos de integração regional supranacional. Segundo o autor, "as regiões podem ser vistas como comunidades imaginadas que repousam sobre mapas mentais cujas linhas destacam algumas características sem ter em conta as outras." (HURRELL, 1995, p. 335, tradução nossa). A integração regional surgiu em meados dos anos de 1950 como uma estratégia de posicionamento geopolítico no cenário global. Todavia, foi a partir dos anos de 1990 que tal arranjo de gestão pública ganhou ímpeto, com a intensificação da globalização, que colaborou para ampliar a interdependência econômica, política e até mesmo social dos países do mundo. A União Europeia, criada

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Vice-coordenadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). [culturamundoafora.com](http://culturamundoafora.com) / [danielecanedo@ufrb.edu.br](mailto:danielecanedo@ufrb.edu.br)

em 1957, é um dos principais blocos regionais e atualmente agrega 28 países membros. Na América do Sul, diferentes projetos integracionistas estão em execução, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Este artigo foca nas políticas culturais regionais da União Europeia e do Mercosul, por ser este o bloco mais antigo e consolidado da América do Sul. (ALMEIDA, 2002).

Carlos Moneta (2006) salienta que os investimentos em cultura no âmbito regional se baseiam prioritariamente em duas justificativas. Primeiro, a cultura aparece como recurso do processo de construção da identidade regional e do sentimento de pertencimento a uma região. Segundo, a cultura também é recurso utilizado na construção imaginada da região enquanto zona de pertencimento, portanto de um espaço cultural regional.

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa documental e de revisão de literatura que buscou delimitar a dimensão cultural das políticas regionais desde a criação dos blocos União Europeia e Mercosul até 2012. A pesquisa foi publicada anteriormente como parte da tese doutoral "Todos Contra Hollywood? Políticas, Redes e Fluxos do Espaço Cinematográfico do Mercosul e a Cooperação com a União Europeia" (CANEDO, 2013). As políticas culturais dos dois blocos também foram discutidas em outros artigos já publicados. (CANEDO, CRUSAFÓN, 2014; CANEDO, LOIOLA, PAUWELS, 2015) Neste artigo, o recorte recai sobre o discurso presente no marco legal que regula o papel da cultura no processo de integração regional e, por conseguinte, o papel dos blocos na elaboração e execução de políticas culturais supranacionais.

### **A cultura no projeto integracionista europeu**

Em 1957, quando a União Europeia (UE)<sup>2</sup> foi criada, a cultura era considerada uma área de atuação soberana de cada nação do bloco. O Tratado de Roma não fazia

---

<sup>2</sup> O projeto integracionista europeu é marcado por diferentes estágios de ampliação progressiva. O termo Comunidade Econômica Europeia (CEE) foi usado de 1957 a 1992. A partir dessa data, passou-se a usar apenas a denominação Comunidade Europeia. Em 2007, o Tratado de Lisboa agregou as instituições então existentes e criou o termo União Europeia (UE).

referência direta à cultura, a não ser como exceção à regra de liberalização do comércio dentro da região. Os Artigos 30 e 34 do tratado proibiam a imposição de restrições para importação e exportação de mercadorias entre os Estados-Membros. A exceção dessa regra aplicava-se a alguns casos descritos no Artigo 36, como a proteção de tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico.

Entre os anos 1970 e 1990, as organizações do bloco fizeram diversas declarações sobre a crescente demanda por uma política cultural que "humanizasse" a Comunidade Europeia. (GORDON, 2010) A questão identitária entrou no âmbito das políticas públicas regionais em 1973, a partir do lançamento da "Declaração da Identidade Europeia". O documento evidencia a aspiração dos Estados-Membros em promover a unificação regional a partir da herança cultural comum, de modo a evidenciar as diferenças entre a Europa, enquanto ator internacional, e os outros países e blocos do mundo. (COMUNIDADE EUROPEIA, 1973)

De acordo com Bo Strath (2002), o contexto de crise internacional que marcou o período<sup>3</sup> pode ser apontado como principal motivação para a introdução do discurso identitário na agenda regional dos nove países que construíam o projeto europeu. Para o autor, a identidade europeia era "um instrumento para consolidar o lugar da Europa na ordem internacional." (STRATH, 2002, p. 389, tradução nossa) Portanto, nesse primeiro momento, a cultura é compreendida como o sistema de significados e valores que caracterizam a Europa e a diferenciam de outras regiões no mundo. A referida declaração apresenta a identidade europeia enquanto recurso político, mas não propõem medidas para instrumentalizar o conceito.

Tais propostas aparecem em 1976, no "Relatório Tindemans", apresentado ao Conselho Europeu pelo então primeiro ministro da Bélgica, Leo Tindemans. O relatório introduziu uma nova concepção sobre a relação entre a integração e a promoção da consciência identitária regional. Para além da liberalização econômica, o documento pregava a necessidade de aproximar os diferentes povos através de medidas que destacassem os fatores de identificação entre os europeus. A cultura, a comunicação e a

---

<sup>3</sup> Destacam-se a Guerra do Vietnã, a queda do Acordo de Bretton Woods e a marcante elevação do preço do petróleo no início dos anos 1970.

educação eram então listadas como áreas imprescindíveis para atingir os objetivos integracionistas. (COMISSÃO EUROPEIA, 1976).

As propostas do Relatório Tindemans incluíam medidas para estimular a circulação de cidadãos; o intercâmbio de estudantes e a equivalência de diplomas universitários na região; e a colaboração entre os meios de comunicação para ampliar a divulgação de notícias sobre os Estados-Membros no rádio e da televisão. O relatório introduziu a discussão sobre a criação de uma esfera pública europeia. Vale notar que, mais uma vez, a cultura aparece no relatório em um conceito amplo relacionado às características dos povos europeus que deveriam ser enfatizadas para atingir a desejada união regional. Embora tenha citado propostas para as áreas de comunicação e educação, o relatório não fez referências a ações diretas de incentivo à produção cultural. Portanto, a cultura era um recurso para o projeto integracionista.

Cerca de um ano depois, em 1977, a então chamada Comissão das Comunidades Europeia, órgão executivo da UE, publicou o comunicado "Ação comunitária no setor cultural". A Comissão definiu o setor cultural "como o conjunto socioeconômico formado por pessoas e empresas dedicadas à produção e distribuição de bens e serviços culturais." (COMISSÃO EUROPEIA, 1978, p. 5, tradução nossa). Esse foi o primeiro documento da UE que definiu a cultura enquanto campo de atuação regional e lançou propostas específicas relacionadas ao apoio supranacional para as dimensões simbólica, social e econômica da cultura. Entre as propostas, vale ressaltar: eliminação e redução de impostos para empresas patrocinadoras da cultura; redução de impostos e previdência social para trabalhadores da cultura; harmonização de legislações de direitos autorais; financiamento; intercâmbio cultural; além de ações de salvaguarda do patrimônio cultural.

É importante notar que o documento ressalta que tais ações não formariam uma política cultural regional: "Assim como o 'setor cultural' em si não é 'cultura', a ação comunitária no setor cultural não constitui uma política cultural." (COMISSÃO EUROPEIA, 1978, p. 5) O destaque faz lembrar que a atuação supranacional no âmbito da cultura não era um consenso entre os Estados-Membros. A discussão, em âmbitos jurídico e filosófico, residia no questionamento sobre os pontos positivos e negativos de

uma política cultural regional a ser executada pela UE, tendo em vista que a cultura estava sob a tutela dos Estados nacionais. (SARIKAKIS, 2007).

Cinco anos depois, em 1982, a Comissão da Comunidade Europeia lançou o comunicado "Reforço à Ação Comunitária no Setor Cultural". O título do novo documento era quase o mesmo do comunicado lançado em 1977, a exceção da adição do termo em inglês "*stronger*", para ressaltar que este deveria reforçar a necessidade de uma ação regional no setor cultural. A Comissão se posicionou à favor da ampliação da atuação regional na área da cultura. O documento ressaltava que o bloco deveria "ter as mesmas responsabilidades econômicas e sociais para o setor cultural que tem para outros setores sob os Tratados." (COMISSÃO EUROPEIA, 1982, p. 4, tradução nossa). As propostas anteriores foram reformuladas e somadas às novas apresentadas dentro de quatro linhas de ação: Liberdade de comércio e bens culturais; Melhorar a vida e as condições de trabalho dos profissionais da cultura; Ampliar o público; Conservar o patrimônio arquitetônico. Tais propostas receberam diversas críticas por terem sido consideradas economicistas, com pouco foco no caráter simbólico da cultura.

Em 1985, um comitê foi composto especialmente para refletir sobre a promoção da identidade europeia. O resultado foi divulgado no "Relatório Adonnino - Europa dos Cidadãos". (ADONNINO, 1985, tradução nossa) O relatório reforça que, além do reforço à economia da cultura, era preciso garantir a livre circulação de pessoas entre os Estados-Membros; promover ações no âmbito da comunicação e da cultura, especialmente no que concerne à área audiovisual; e adotar um conjunto de símbolos da Europa, como um hino e uma bandeira regional, de modo a estimular o sentimento de pertencimento ao território. Os avanços no processo de integração que seriam conquistados posteriormente, como o Acordo de Schengen (1985) e o Ato Único Europeu (1986), removeram as barreiras para a livre circulação de pessoas e serviços e estimularam a intensificação da ação cultural regional. Naquele mesmo ano foi lançada a iniciativa "Capital Europeia da Cultura" e a primeira cidade escolhida foi a grega Atenas. A iniciativa teve caráter intergovernamental até 2005, quando passou a constar entre as iniciativas supranacionais da UE. Em 1987, foi lançado o Programa Erasmus,

iniciativa de promoção do intercâmbio de estudantes e professores entre as universidades europeias.

Contudo, apenas em 1992 o Tratado de Maastricht superou o modelo de integração estritamente econômico e incluiu no marco legal da União Europeia as áreas sociais e, entre elas, a cultura. O Tratado ressaltava que a política supranacional deveria respeitar a diversidade nacional e regional e priorizar ações que evidenciassem o patrimônio cultural comum dos povos europeus. As áreas de atuação foram previstas no Artigo 128 do Tratado de Maastricht, posteriormente substituído pelo Artigo 151 do Tratado de Nice (2002):

Melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus, conservação e salvaguarda do patrimônio cultural de importância europeia, intercâmbios culturais não comerciais e criação artística e literária, incluindo o setor audiovisual (ARTIGO 151 TRATADO CE. JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2002).

Para Christopher Gordon (2010), o Artigo 151 apresenta um conceito ambíguo e superficial sobre qual dimensão da cultura deveria ser priorizada pelo bloco. Segundo o autor, o texto confunde cultura, em uma dimensão mais ampla, com setores culturais como dimensão econômica, como as artes, a literatura e o audiovisual. (GORDON, 2010) Todavia, o conceito de cultura intrínseco no Tratado de Nice reflete as propostas que foram apresentadas a partir do final dos anos 1970, nas quais a dimensão econômica da cultura parecia como legitimadora da política cultural regional. Todos os documentos do período faziam referência às possibilidades econômicas e de pertencimento regional.

De todos os modos, com o respaldo legal do Artigo 151, a UE passou a investir em políticas culturais com o objetivo de fornecer apoio para a criação artística, a cooperação cultural e o fomento à consolidação de um espaço cultural europeu. De 1998 a 2000, foram realizados três programas de intercâmbio cultural; patrimônio cultural e estímulo à área do livro e da literatura, com investimento total de € 77,8 milhões (CANEDO, 2013). Em 2000, foi lançado o "Primeiro Programa-Quadro da Comunidade Europeia para a Cultura", também conhecido como Cultura 2000, para um período de cinco anos e orçamento total de € 167 milhões. Entre os objetivos estava a promoção do

diálogo intercultural e o conhecimento mútuo da cultura europeia; bem como a promoção da criatividade e da divulgação transnacional da cultura.

Em 2007, o Tratado de Lisboa incluiu um novo artigo prevendo a partilha das competências entre os Estados-Membros e a União Europeia no que concerne à política cultural (ARTIGO 167 TFEU). O Artigo 167 previa que a atuação comunitária deveria se restringir a apoiar e complementar as políticas culturais nacionais, tendo em vista o princípio da subsidiariedade. A justificativa a favor da atuação da UE na área cultural ressaltava que o patrimônio cultural comum e os valores compartilhados pelos povos europeus eram fatores que poderiam fomentar a integração da região.

Visando uma atuação mais efetiva, os programas anteriores foram substituídos pelo Programa Cultura, com um orçamento de € 400 milhões para ações culturais em todos os Estados-Membros no período de 2007 a 2013. O objetivo foi apoiar a mobilidade regional dos profissionais da cultura, ampliar a circulação de obras artísticas e culturais e promover o diálogo intercultural. O ano de 2008 foi definido como "Ano Europeu do Diálogo Intercultural", com um orçamento de € 10 milhões para a realização de eventos e financiamento de projetos culturais.

Neste período, é importante destacar o documento "Uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado", lançado em 2007. O documento apresenta a cultura como a mais antiga liga entre os povos europeus e "como um conjunto de traços distintivos espirituais e materiais que caracterizam uma sociedade e um grupo social." (COMISSÃO EUROPEIA, 2007a, p. 2). No documento, a cultura abarca as artes, os modos de vida, sistemas de valores, tradições e crenças. Conclui que o investimento em políticas culturais deveria destacar a "unidade na diversidade" europeia.

Trata-se, portanto, de um conceito de cultura ampliado em relação à delimitação presente no marco legal anterior. Inspirada na Convenção da Unesco sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que havia entrado em vigor no mesmo ano, a UE apresenta um discurso sobre o papel do bloco na promoção e defesa da diversidade cultural. Identificamos aqui um deslocamento no discurso que legitima a atuação supranacional, que passa a ser justificada baseada na diversidade cultural regional. Todavia, a ideia da cultura enquanto recurso da integração regional não



desaparece. O documento reafirma "a importância das várias facetas da cultura na definição de estratégias para a UE e para as relações com países terceiros" (COMISSÃO EUROPEIA, 2007a, p. 4). Para Christopher Gordon (2010), a retórica da Comissão Europeia sobre o papel da cultura não combina com a abordagem prática da União Europeia. Segundo o autor, "A UE está multiplicando seus usos da palavra 'cultura' enquanto o próprio texto do Artigo 151 consagra ambiguidade". (GORDON, 2010, p. 115, tradução nossa). De todos os modos, a contextualização histórica evidencia que a implantação da política cultural europeia foi resultado de um longo processo de negociação com os Estados-Membros, que advogavam pela manutenção da cultura entre as áreas de atuação soberana dos governos nacionais (DE VINCK, BILTEREYST e PAUWELS, 2007). Nos anos seguintes, a UE passou a desenvolver o Programa Europa Criativa, com recursos de € 1,8 bilhões para o período 2014 a 2020.

### **A introdução da política cultural na agenda do Mercosul**

Na América do Sul, a cultura também não foi incluída na agenda do Mercosul quando o bloco foi criado, em 1991. O Tratado de Assunção, que criou o bloco nem sequer menciona a palavra cultura. (MERCOSUL, 1991) Analisando as discussões parlamentares no Uruguai sobre a formação do bloco regional no período, Hugo Achugar (1994) concluiu que "as referências à cultura - quando existem - são retóricas e apresentam-se vinculadas a problemas de identidade nacional." (ACHUGAR, 1994, p. 2016) A primeira reunião de secretários e autoridades culturais da região aconteceu em 25 de agosto de 1992. Na ata da reunião, de apenas uma página, as autoridades nacionais declararam estar convictas da necessidade de incluir a cultura nos projetos do bloco visando uma integração regional efetiva:

Que uma maior coordenação e cooperação no campo da cultura asseguraria ao processo de integração, do Mercosul, bases sólidas e estáveis, alicerçadas no entendimento decorrente do conhecimento e apreciação mútua das respectivas culturas, bem como o hábito de trabalho conjunto e de realização de empreendimentos em comum (MERCOSUL/GMC/RES. Nº 34/92).



# XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

O encontro resultou na criação da Reunião Especializada sobre Cultura (REC), órgão formal que teria como objetivo desenvolver iniciativas para promover a difusão cultural entre os membros e estimular o conhecimento mútuo dos valores e tradições culturais de cada país. Contudo, o primeiro encontro da REC só aconteceu quase três anos depois, em março de 1995. Nessa reunião foi produzido o "Memorando de Entendimento", primeiro documento dedicado à integração cultural do bloco. O texto apresentava a cultura enquanto “base fundamental do desenvolvimento social e das transformações no campo da produção, assim como o sustento da consolidação democrática dos povos da região.” (REC/ATA 01/95) Em termos práticos, o documento define que cada país deveria designar representantes para comissões culturais técnicas, que teriam um prazo de dois meses para início das atividades. A ata também introduziu a discussão sobre a constituição de um convênio de Cooperação Cultural do Mercosul.

Na ata do segundo encontro da REC, realizado em agosto de 1995, é possível notar a empolgação com as possibilidades de ação entre os quatro países. (REC/ATA 02/95) No documento são apresentadas diversas recomendações para a realização de ações conjuntas em áreas distintas. Entre as áreas de possível atuação regional consideradas prioritárias estavam: valorização do patrimônio cultural; capacitação de gestores; harmonização de legislação de patrocínio; criação de redes entre bibliotecas e centros de documentação; ações transversais com as áreas do turismo e da ecologia; reconhecimento do Guaraní como língua regional; obrigatoriedade do ensino do português e espanhol em todas as escolas da região; promoção de um calendário regional de eventos; coedição de livros e produção de programas midiáticos (REC/ATA 02/95). Todavia, que o documento não faz referência a dotação orçamentária ou a programas que executariam as ações propostas

No lado institucional, duas ações recomendadas na reunião devem ser consideradas. Primeiro, a criação da Reunião de Ministros da Cultura (RMC), em substituição à Reunião Especializada em Cultura. A diferença entre as duas estruturas organizacionais reside no fato de que a REC estava na estrutura institucional do Grupo Mercado Comum, que tem função executiva. Já a Reunião de Ministros estava ligada ao Conselho Mercado Comum, órgão responsável pela condução política. Na primeira

composição, a RMC seria formada por um Comitê Coordenador e quatro comissões técnicas: Redes de Informação; Capacitação; Patrimônio e Indústrias Culturais. Por fim, também foi indicada na ata a necessidade de criação de um logotipo do Mercosul Cultural, que seria um símbolo da integração cultural dos quatro países.

O primeiro encontro da Reunião de Ministros aconteceu em fevereiro de 1996. A Ata de Canela (RMC/ATA 01/96), documento formal da reunião, apresenta o mesmo modelo de condução da ata da reunião anterior. Propõe ações, recomenda projetos, aprova iniciativas sem o estabelecimento de dotações orçamentárias ou responsáveis institucionais para a realização das ações. Na reunião seguinte, em agosto de 1996, foi proposto a assinatura do "Protocolo de Integração Cultural do Mercosul". O documento foi aprovado pelo Conselho Mercado Comum em 17 de dezembro de 1996 (CMC/DEC. 11/96). Trata-se de um compromisso formal dos Estados-Partes com as necessidades e questões que estavam sendo discutidas e planejadas nas reuniões anteriores. O documento também reafirmava o papel que a cultura deveria exercer no processo de integração da região.

Em 2008, a Reunião de Ministros da Cultura aprovou a "Declaração de Integração Cultural do Mercosul", um novo documento que refletia as discussões sobre a diversidade cultural, em voga no período, reafirmando o compromisso dos Estados-Partes com a promoção e a proteção da diversidade cultural. Adicionalmente, a nova declaração também ressaltava a necessidade de institucionalização do Mercosul Cultural. No referido encontro também foi criado o Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), formado pelos legisladores das Comissões de Cultura dos parlamentos nacionais. O objetivo principal do órgão era trabalhar na harmonização das legislações culturais dos países membros.

Entre as ações propostas na reunião de 1996, ressaltamos a criação do Selo Mercosul Cultural, que teria por objetivo promover a circulação, em caráter temporário, de obras culturais na região. (GMC/RES N° 122/96) O selo deveria identificar bens destinados à exibição ou utilização em eventos culturais aprovados pelo bloco para facilitar a circulação aduaneira. Em 2016, quase 20 anos depois, o selo ainda não está

em pleno funcionamento. Os trâmites burocráticos e distintas legislações de salvaguarda do patrimônio de cada Estado-Parte ainda dificultam a completa execução do projeto.

Outra iniciativa importante é o Sistema de Informação Cultural do Mercosul (SICSUR). A base de dados tem como público-alvo gestores de políticas públicas, pesquisadores, produtores culturais e cidadãos interessados na cultura regional. Proposto desde os primeiros encontros da área cultural, o projeto começou a ser executado em 2006. Foram realizados seminários sobre sistemas de informações culturais para identificar as diferenças nas metodologias de levantamento de indicadores utilizadas por cada país. Em 2008, o projeto foi aprovado pelos ministros do Mercosul Cultural (Mercosul/CMC nº 33/2008) e em 2009 foi efetivado como um programa. As informações da base de dados são disponibilizadas gratuitamente na internet. Desde 2011, o SICSUR edita e lança anualmente a publicação Enclave Cultural, com o objetivo de difundir o trabalho do sistema de informações culturais.

Finalmente, em 2010, os ministros da RMC aprovaram a criação do Fundo Mercosul Cultural. Na pauta do órgão desde 2003, o fundo deve ser utilizado para financiar projetos e programas que possam contribuir para o fortalecimento do processo de integração do Mercosul. Em 2011, foi aprovado o orçamento anual de US\$ 1 milhão para o Fundo. A composição do orçamento anual segue as cotas já estabelecidas pelo Mercosul: Argentina, 27%; Brasil, 70%; Paraguai, 1%; e Uruguai, 2%. O Fundo ainda estava em processo de regulamentação no final de 2015 e aguardava aprovação do Congresso Nacional do Brasil.

As Reuniões de Ministros da Cultura acontecem duas vezes ao ano. Entre 1996 e 2012, foram realizados 35 encontros. Como concluiu Janira Borja (2011), o Mercosul Cultural "é este conjunto de reuniões dedicadas à temática cultural" (2011, p. 87). Continuar a relatar pormenorizadamente as ações do Mercosul é dissertar sobre discursos retóricos de atas de reuniões e protocolos, sem pouca praticidade. As afirmações de Néstor Garcia Canclini (2007) sobre a integração ibero-americana também se aplicam ao caso do Mercosul. Segundo o pesquisador, trata-se de "declarações retóricas bem-intencionadas em vez de ações efetivas." (CANCLINI, 2007, p. 1, tradução nossa).

Ao analisar os documentos, pode-se aferir que o conceito de cultura do bloco reconhece: 1) a diversidade cultural regional enquanto um elemento identificador entre os povos; 2) e a relação entre cultura e desenvolvimento econômico e social. Enquanto intenção, estão presentes as bases do que poderia ser considerada uma política cultural adequada, com ações em diversas áreas e linguagens. Para Patrício Rivas (2002), é interessante notar a linha de continuidade temática em relação aos princípios norteadores.

Entretanto, do discurso retórico para a prática existe uma grande distância e poucas iniciativas executadas. Ao analisar o discurso cultural do Mercosul e a realidade das ações executadas, Borja (2011) classificou a atuação do bloco como sendo o "resultado do deslocamento entre voluntarismo político e a efervescência retórica" (2011, p. 97). A pesquisadora aponta cinco características do projeto cultural do Mercosul: 1) fragmentação das iniciativas; 2) desarticulação com relação à agenda econômica; 3) fragilidade institucional; 4) ausência de perspectiva regional; e 5) discurso totalizador e distante da população. Para Andres Malamud (2005, p. 422, tradução nossa), o Mercosul "é um caso de dissonância cognitiva, no qual o discurso político convencional reflete as expectativas dos discursantes ao invés do mundo real". De mesma opinião, Octavio Getino (2005) afirma que a dimensão cultural estava longe de ter um lugar de destaque nas agendas de negociações dos governos nacionais nos projetos de integração regional. (GETINO, 2005) Mesmo quando se trata de diplomacia cultural no Mercosul, não parece haver investimentos suficientes para promover um maior intercâmbio cultural entre os cidadãos do bloco.

### **Considerações Finais**

Para finalizar este artigo, é importante destacar que as políticas culturais desenvolvidas pelos blocos regionais União Europeia e Mercosul são diferentes no que concerne ao escopo, escala de atuação e aos investimentos realizados, o que impede uma comparação entre as políticas. (CANEDO, CRUSAFÓN, 2014; CANEDO, LOIOLA, PAUWELS, 2015) Todavia, a análise documental e a revisão de literatura

identificaram uma aproximação no discurso presente no marco legal que regula o papel da cultura no processo de integração regional e o papel dos blocos na elaboração e execução de políticas culturais regionais na Europa e na América do Sul.

A dimensão cultural da integração regional aparece em documentos, programas e discursos da União Europeia e do Mercosul como elemento chave para fomentar ideologias, identidades coletivas e o sentimento de pertencimento ao território. As iniciativas culturais na esfera regional focam prioritariamente na promoção de um discurso retórico que explora elementos comuns como história e tradições culturais e religiosas para promover coesão social e contribuir para o alcance dos objetivos gerais de integração política e econômica. Portanto, é possível concluir que o processo histórico de inclusão da cultura na agenda da integração regional dos dois blocos foi estimulado pelo desejo de unir os povos de cada região e fomentar uma consciência identitária regional e o sentimento de pertencimento, de modo a legitimar os objetivos econômicos e políticos da integração regional. Apenas a partir de 2007 identificamos um deslocamento no discurso que legitima a atuação supranacional, que passou a ser justificada pela necessidade de proteção da diversidade cultural regional, refletindo a Convenção da Diversidade Cultural (UNESCO, 2006). Todavia, a ideia da cultura enquanto recurso da integração regional não desaparece.

A cultura é, nesses exemplos, um dos recursos na construção do discurso identitário. Nessa visão, a política cultural não tem como foco as demandas do campo da cultura por políticas públicas de apoio. Ao contrário, o investimento em cultura é destinado prioritariamente às áreas que podem promover o desenvolvimento político e econômico regional. O projeto integracionista depende da criação de um imaginário social coletivo que, segundo Moneta (2000), é um processo a longo prazo que demanda ação política deliberada, além da ampliação dos canais de interação entre os povos. Desse modo, o autor conclui que "a identidade cultural não é alheia ao poder político. Construir identidades subregionais e regionais exige um enorme esforço consciente, quer dizer, políticas ativas" (MONETA, 2000, p. 333, tradução nossa).

O intuito de forjar identidades regionais leva em consideração a tendência à fluidez identitária do homem pós-moderno. Tanto Canclini (1995) quanto Stuart Hall

(1998) ressaltaram que no mundo globalizado a identidade é transformada continuamente de acordo com o modo como o indivíduo é interpelado pelo sistema cultural. Na mesma medida em que os meios de comunicação e as tecnologias da informação quebram as barreiras físicas para o intercâmbio cultural global, podem também cooperar na ressignificação do local (neste caso, do regional construído) e na construção do imaginário coletivo (ORTIZ, 1994; APPADURAI, 2004). Todavia, nada garante que as ações políticas nesse sentido terão o efeito pretendido.

## Referências

ACHUGAR, Hugo. A política cultural no acordo MERCOSUL. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 8, nº20, Jan.-Apr. 1994, p. 215-229.

ADONNINO, Pietro. A People's Europe. Reports from the ad hoc Committee. **Bulletin of the European Communities**. Supplement 7/85. [EU Other], 1985. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/id/eprint/992>>. Acesso em: 19 mar 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Mercosul em sua primeira década (1991-2001): Uma avaliação política a partir do Brasil**. Buenos Aires: INTAL, ITD, STA. 2002.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. Tradución Eduardo L'Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1993 (3ª ed.).

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da Globalização - a modernidade sem peias**. Tradução Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

BORJA, Janira Tripodi. **A retórica do silêncio: cultura no Mercosul**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización**. México: Grijalbo, 1995.

\_\_\_\_\_. Cooperación, Diálogo: ¿son las palabras más apropiadas? V **Campus Euroamericano de Cooperación Cultural**. Almada, Portugal, 2007.

CANEDO, Daniele. **Todos contra Hollywood? Políticas, Redes e Fluxos do Espaço Cinematográfico do Mercosul e a Cooperação com a União Europeia**. 2013. 451 f. Tese (Doutorado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

\_\_\_\_\_. CRUSAFON, C. The European Audiovisual Policy Goes Abroad: the Case of Interregional Cooperation with Mercosur. In: PAUWELS, Caroline; DONDERS, Karen; LOISEN, Jan. (Eds.). **The Palgrave Handbook on European Media Policy**. London: Palgrave, 2014. p. 526-542.

\_\_\_\_\_, LOIOLA, Elisabeth; PAUWELS, Caroline. A Recam e a política cinematográfica do Mercosul: Promoção da Integração Regional e da Diversidade Cultural?. **Políticas Culturais em Revista**, 1(8), p. 2-20, 2015.



COMISSÃO EUROPEIA. **European Union - Report by Mr Leo Tindermans, Primer Minister of Belgium to the European Council. Bulletin of the European Communities.** Supplement 1/76, 1976. Disponível em: <[http://aei.pitt.edu/942/1/political\\_tindemans\\_report.pdf](http://aei.pitt.edu/942/1/political_tindemans_report.pdf)> Acesso em: 19 mar 2012.

\_\_\_\_\_. Community action in the cultural sector. Commission Communication to the Council. Brussels: **Bulletin of the European Communities.** Supplement 6/77, European Comission, 1978. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/5321/1/5321.pdf>> Acesso em: 19 mar 2012.

\_\_\_\_\_. Stronger Community Action in the cultural sector. **Commission Communication to Parliament and the Council.** Brussels: COM (82) 590 final, 1982. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/5063/1/5063.pdf>> Acesso em: 19 mar 2012.

\_\_\_\_\_. **Comunicado sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado.** Bruxelas, Comissão Europeia, 2007a. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0242:FIN:PT:PDF>> Acesso em: 19 mar 2012

COMUNIDADE EUROPEIA. Declaration on European Identity. Luxembourg: **Bulletin of the European Communities.** December 1973, N<sup>o</sup> 12. Disponível em: <[http://www.cvce.eu/obj/declaration\\_on\\_european\\_identity\\_copenhagen\\_14\\_december\\_1973-en-02798dc9-9c69-4b7d-b2c9-f03a8db7da32.html](http://www.cvce.eu/obj/declaration_on_european_identity_copenhagen_14_december_1973-en-02798dc9-9c69-4b7d-b2c9-f03a8db7da32.html)>. Acesso em: 19 mar 2012.

DE VINCK, Sophie; BILTEREYST, Daniel; PAUWELS, Caroline; Our Policies Keep on Reinventing the Past: An Overview of EU Policy-Making in the Audiovisual Domain. In: D'HAENENS, Leen ; SAEYS, Frieda (Ed), **Western Broadcast Models. Structure, Conduct and Performance.** Berlim: Mouton de Gruyter, 2008, p. 25-59.

GETINO, Octavio. El cine del Mercosur y de sus países asociados. In: Veritas and Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano (Ed.). **Cine Iberoamericano: Los desafios del nuevo siglo.** San José de Costa Rica, 2005.

GORDON, Christopher. Great expectations - the European Union and cultural policy: fact or fiction? **International Journal of Cultural Policy**, 16:2, 2010, p. 101-120.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

HURRELL, Andrew. Explaining the resurgence of regionalism in world politics. **Review of International Studies**, 1995, 21. p. 331-358.

MALAMUD, Andrés. Integração regional na América Latina: teorias e instituições comparadas. **Revista Sociologia**, n. 44, jan 2004, p. 135-154.

MERCOSUL. **Tratado para a Constituição de um Mercado Comum** (Tratado de Assunção). 1991. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>>. Acesso em: 15 out 2008.

\_\_\_\_\_. **REC/ATA 01/95.** Disponível em: <<http://www.mercosur.int>> Acesso em: 23 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **REC/ ATA 02/95.** Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em: 23 Out. 2009.

\_\_\_\_\_. **REC/ ATA 01/96.** Disponível em: <<http://www.mercosur.int>> Acesso em: 23 out. 2009.



# XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

\_\_\_\_\_. **GMC/RES. Nº 122/96.** Disponível em: <<http://www.mercosur.int>> Acesso em: 23 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Protocolo de Integración Cultural del Mercosur. **CMC/DEC 11/96.** Disponível em: <<http://www.mercosur.int>>. Acesso em: 23 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Declaración de Integración Cultural del Mercosur. **CMC/DEC 33/2008.**

MONETA, Carlos J. Identidad y políticas culturales en procesos de globalización e integración regional. In: LÓPEZ SEGRERA, Francisco; FILMUS, Daniel (coord.). **América Latina 2020: escenarios, alternativas, estrategias.** Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2000.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIVAS, Patrício. Cooperación cultural en el espacio del Mercosur. **Pensar Iberoamérica**, n. 2, out 2002-jan 2003. Disponível em: <http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric02a03.htm>. Acesso em: 08 set. 2008.

SARIKAKIS, Katharine. Introduction. The place of media and cultural policy in the EU. In: SARIKAKIS, Katharine (Ed.). **Media and Cultural Policy in the European Union. European Studies - An Interdisciplinary Series in European Culture, History and Politics**, vol. 24. Amsterdam-New York: Rodopi, 2007.

STRATH, Bo. A European Identity: To the historical Limitis of a Concept. **European Journal of Social Theory** 2002 5 (4): p. 387-401.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, 2005 (2006 em português). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224POR.pdf>>. Acesso em: 16 nov 2012.